

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO E FISCAL  
DE 2026 DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SANTA LEOPOLDINA  
DECRETO Nº 827/2025.**

**PAUTA:**

- **Acompanhamento dos Repasses;**
- **Análise de Utilização de Recursos Previdenciários;**
- **Resultado do 1º trimestre da Carteira de Investimentos do IPSL;**
- **Outras Questões**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Leopoldina – IPSL, realizou-se a 3ª reunião ordinária regularmente convocada, com a presença da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho Municipal de Previdência e do Conselho Fiscal. Pelo Conselho Municipal de Previdência estiveram presentes os membros titulares Jacinéia Souza Pittol, Carla Maria Barbosa Braga Alvarenga e Rosiane Ferreira do Sacramento, bem como os respectivos suplentes Luiz Carlos de Souza Murilho e Juliane Rodrigues. Pelo Conselho Fiscal compareceram os membros titulares Renata Flegler Reich Armelão, Izabel Cristina Kruger Gomes e Rita de Cássia da Silva Murilho, bem como os suplentes Rogger Carvalho Reis, representante do Legislativo, e Thieres Rodrigues Brito, representante do Executivo. A reunião foi presidida pela Diretora-Presidente do IPSL, Sra. Patrícia Teles Leppaus. Inicialmente, foi apresentado aos Conselhos o Painel de controle do TCEES, onde pode ser visto na aba de Contribuições previdenciárias, que todos os repasses, tanto patronais quanto funcionais, foram corretamente efetuados pelo Executivo, Legislativo e Fundo Municipal de Saúde, dentro do prazo estabelecido, ou seja, até o dia 20 do mês subsequente. Entretanto, foi levantado pela presidente a necessidade de aporte financeiro, uma vez que o valor arrecadado para pagamento das despesas previdenciárias serem insuficientes para pagamento de folha, onde, o resultado da folha referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, gerariam um déficit acumulado de R\$ 973,700,00 (novecentos e setenta e três mil e setecentos). Uma vez que identificado o déficit foi realizado cobranças ao Poder Executivo, conforme registrado nos Ofícios 24; 36 e 43/2026 enviados pelo Instituto ao Excelentíssimo Prefeito Fernando Castro Rocha, que efetiva a complementação até o dia 30 do mês solicitado. Em relação à questão de controle, foi explicitada que há saldo de repasses realizados a maior do ano anterior, os quais foram utilizados nos ajustes de fim de ano; estes são decorrentes do registro de pagamentos indevidos relacionados ao acúmulo de benefícios, bem como efetua os descontos pertinentes ao teto remuneratório do prefeito na folha dos inativos. Diante do apresentado o instituto vem apresentando correções para evitar cobranças indevidas ao executivo. Ciente das informações preliminares, uma vez que o valor apresentado pelo estudo, disposto no DRAA, ser efetivamente menor do que sendo realizado, o Conselho solicitou que fosse encaminhado ofício ao Atuário para explicar por que há diferença de cálculo que resulta no repasse a maior dos aportes para cobertura de folha. Em seguida, iniciou-se a apresentação do

Consultor Douglas, representante da LDB, sobre o resultado do primeiro trimestre da Carteira de Investimentos, inicialmente realizou um apanhado do contexto econômico global, abordando os Estados Unidos, os conflitos internacionais e os impactos inflacionários. No cenário nacional, explicitou as perspectivas acerca do controle da inflação e da redução de 0,25 ponto percentual na taxa Selic, indicando perspectiva de futuras reduções dos juros. Adentrando na análise da carteira de investimentos propriamente dita, o Consultor apresentou que o impacto sofrido decorre da surpresa inflacionária, considerando que 78% da carteira está atrelada ao IPCA, CDI e IPCA+5, ou seja, títulos públicos de renda fixa e fundos estruturados, sendo que apenas 8,62% da carteira encontra-se em renda variável atrelada ao dólar e a investimentos estrangeiros. Além disso, demonstrou que, no mês de janeiro/2026, a meta atuarial foi atingida, gerando superávit de 0,32%. Já nos meses de fevereiro e março, a meta não foi alcançada, gerando déficit de 0,26% e 0,54%, respectivamente. Por fim, o Consultor afirmou haver perspectiva de recuperação da carteira, com expectativa de superávit de 1,5% no mês de abril, bem como tendência de atendimento da meta atuarial no decorrer do exercício de 2026. O Conselho questionou quais fundos poderiam ser revisados para proporcionar maior proteção e retorno à carteira, acompanhando a meta estabelecida. O Consultor não respondeu diretamente, explicando que tal análise depende do Estudo de Asset Liability Management (ALM), e que nem sempre é adequada a avaliação mês a mês, mas sim a observância do desempenho anual consolidado. O Conselho questionou se seria viável realizar a saída de fundos em déficit e promover novas aplicações de investimento. O Consultor respondeu que há riscos nessa estratégia, tendo em vista alterações legislativas recentes, não permitem nova aplicação em determinados casos, como, por exemplo, nos fundos estrangeiros. O Conselho questionou, ainda, se o Consultor poderia realizar simulações de ALM e apresentar cenários envolvendo os fundos estruturados na próxima reunião. Que respondeu positivamente, informando que realizará o estudo solicitado e que será marcada reunião extraordinária para apresentação. Finda a reunião com o Consultor, passou-se à análise das pendências registradas ao final da última reunião extraordinária. O Conselho questionou acerca dos avanços para contratação de empresa especializada relativa ao Pró-Gestão. A Presidente informou que o Termo de Referência do contrato encontra-se em fase de conclusão. O Conselho questionou, ainda, sobre os avanços relacionados à segregação de funções e o Recenseamento. A Presidente informou que será solicitada à Prefeitura lista de servidores que preencham os requisitos necessários. Fica anexado à presente ata o relatório da i9 Advisory, DRAA, ofícios 24; 36 e 43/2026. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogger Carvalho Reis, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros presentes.

<hr/> <p><b>Jacinéia Souza Pittol</b> Presidente - Conselho Previdenciário Representante dos Servidores</p>	<hr/> <p><b>Renata Flegler Reich Armelão</b> Presidente – Conselho Fiscal Representante dos Servidores</p>

<p><b>Rosiane Ferreira do Sacramento</b> Membro Conselho Previdenciário Representante do Legislativo</p>	<p><b>Izabel Cristina Kruger Gomes</b> Vice-Presidente - Conselho Fiscal Representante do Legislativo</p>
<p><b>Carla Maria Barbosa Braga Alvarenga</b> Vice-Presidente - Conselho Previdenciário Representante dos Servidores</p>	<p><b>Rita de Cássia da Silva Murilho</b> Membro Conselho Fiscal Representante dos Inativos</p>
<p><b>Luiz Carlos de Souza Murilho</b> Suplente Conselho Previdenciário Representante dos Inativos</p>	<p><b>Rogger Carvalho Reis</b> Suplente Conselho Fiscal Representante do Legislativo</p>
<p><b>Juliane Rodrigues</b> Suplente Conselho Previdenciário Representante do Executivo</p>	<p><b>Thieres Rodrigues Brito</b> Suplente Conselho Fiscal Representante do Executivo</p>